

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.551.156 - PR (2019/0218170-8)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : OI S.A
ADVOGADO : JOAQUIM MIRO - PR015181
ADVOGADOS : ANA TEREZA BASILIO - RJ074802
BRUNO DI MARINO - RJ093384
BERNARDO GUEDES RAMINA - PR041442
LUIZ REMY MERLIN MUCHINSKI - PR040624
LUIZA SANTOS ANDRADE - RJ171402
STEPHANY GUEDES RODRIGUES ROUBADEL - RJ214681
AGRAVADO : WALTER ANTUNES PEREIRA JUNIOR
ADVOGADOS : ALFREDO AMBROSIO JUNIOR - PR022146
EDMIR FRANK DURÃES DAMACENO - PR080851

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC QUE NÃO SE VERIFICA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PEDIDO DE LEVANTAMENTO DE VALORES. PREENCHIMENTO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS. REEXAME. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Da leitura da minuta de agravo que deu origem ao presente recurso, pode-se aferir que WALTER ANTUNES PEREIRA JUNIOR (WALTER) ajuizou ação de adimplemento contratual, em fase de cumprimento de sentença contra OI S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (OI).

No curso da ação, o Juízo de primeiro grau indeferiu o requerimento da OI de levantamento dos valores depositados e facultou a WALTER tal pretensão, mediante caução idônea.

Essa interlocutória foi desafiada por agravo no qual OI S.A. sustentou que o crédito da parte agravada deve ser submetido integralmente à Recuperação Judicial, devendo o valor depositado a título de garantia do juízo ser todo liberado em seu favor. Requer seja reconhecida a novação dos créditos anteriores ao pedido de Recuperação Judicial, a fim de inviabilizar a amortização dos valores depositados no cálculo do saldo remanescente.

O TJPR negou provimento ao agravo, nos termos da seguinte ementa:

CÍVEL. AGRAVO INTERNO. TELEFONIA. AÇÃO DE ADIMPLENTO CONTRATUAL EM FASE DE CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE INDEFERIU O LEVANTAMENTO DO VALOR DEPOSITADO EM JUÍZO PELA AGRAVANTE OI S/A. DECISÃO MONOCRÁTICA EM GRAU RECURSAL QUE INDEFERIU O PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS. ART. 995, § ÚNICO, DO CPC. RAZÕES QUE LEVARAM AO INDEFERIMENTO DA LIMINAR NÃO INFIRMADAS. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRETENSA NOVAÇÃO DO DÉBITO EM EXECUÇÃO E ENCAMINHAMENTO DO CREDOR PARA HABILITAÇÃO DO CRÉDITO NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DESNECESSIDADE NO CASO CONCRETO. PRECLUSÃO DA DECISÃO QUE JULGOU A IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. HIPÓTESE, ADEMAIS, EM QUE O PRÓPRIO JUÍZO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL EXCEPCIONOU DA NECESSIDADE DE HABILITAÇÃO OS CRÉDITOS DECORRENTES DAS AÇÕES NAS QUAIS A ORA AGRAVANTE TIVESSE REALIZADO DEPÓSITO A TÍTULO DE GARANTIA DE JUÍZO. IMPOSSIBILIDADE DE LEVANTAMENTO DO VALOR DEPOSITADO A TÍTULO DE GARANTIA DO JUÍZO PELA DEVEDORA. DECISÃO CONFIRMADA. RECURSOS NÃO PROVIDOS (e-STJ, fl. 431).

Os embargos de declaração opostos pela OI S.A. foram rejeitados (e-STJ, fls. 620/623).

OI S.A. interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da CF onde alegou violação dos arts. 1.022, II, do NCPC, e 49 e 59 da Lei nº 11.101/2005. Sustentou, em síntese, (1) que o Tribunal não se manifestou sobre os requisitos estabelecidos pelo Juízo da recuperação para a expedição de alvará dos valores depositados; e (2) que é vedada a possibilidade de levantamento de valores depositados a título de garantia do juízo em casos que os créditos se tornaram líquidos após o deferimento da Recuperação Judicial.

Em juízo de admissibilidade, a presidência do TJPR inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 771/778).

É o relatório.

DECIDO

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Da alegada violação do art. 1.022 do NCPC.

Não se verifica, no caso, a alegada vulneração do referido dispositivo legal, porquanto a Corte local apreciou a lide, discutindo e dirimindo as questões fáticas e jurídicas que lhe foram submetidas na medida necessária para o deslinde da controvérsia, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional.

(2) Da alegada infringência aos arts. 49 e 52 da Lei nº 11.101/2005

OI S.A. sustentou que é vedada a possibilidade de levantamento de valores depositados a título de garantia do juízo em casos que os créditos se tornaram líquidos após o deferimento da Recuperação Judicial.

O Tribunal assim se manifestou sobre a questão:

Em que pese a argumentação da agravante, o juízo responsável pelo processo de recuperação judicial da OI S.A. excepcionou a necessidade de habilitação os créditos decorrentes das ações nas quais a ora agravante já tivesse realizado o depósito a título de garantia de juízo e em que, além disso, já tivesse ocorrido a preclusão da decisão que julgou a impugnação ao cumprimento de sentença.

Em 21.03.2018, o juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro enviou a este Tribunal de Justiça o Ofício nº 245/2018, com o intuito de orientar os demais juízos onde tramitam ações semelhantes à presente, tendo em vista a aprovação do plano de recuperação judicial da OI S.A. O expediente possui o seguinte teor:

*"Excelentíssimo Desembargador Presidente,
Solicito as necessárias providências a fim de que seja expedido AVISO referente ao processo de recuperação judicial do Grupo 01 (Proc. 0203711-65.2016.8.19.0001), para que chegue ao conhecimento dos seus subordinados órgãos julgadores que: "Com a aprovação do plano de recuperação judicial do Grupo 01, permanece inalterada a decisão deste juízo, confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro nos autos do Al*

0034576-58.2016.8.16.0000, que permitiu a expedição de alvarás para liberação de valores espontaneamente depositados pelas Recuperandas antes de 21.06.2016, com a expressa finalidade de pagamento dos credores, bem como os valores depositados antes da referida data em execuções nas quais tenha havido preclusão ou trânsito em julgado de sentença de embargos à execução ou da decisão final de impugnação ao cumprimento de sentença".

No caso, a OI S.A. realizou depósitos a título de garantia nos dias 30.04.2013 (R\$ 29.327,55, M. 34.1) e 21.08.2013 (R\$ 11.440,56, M. 35.1), para viabilizar o processamento da sua impugnação ao cumprimento provisório de sentença.

As decisões do Juízo singular foram objeto de sucessivos recursos, tendo esta Câmara já deliberado no caso concreto sobre a desnecessidade de suspensão dos autos originários e a necessidade de caução idônea a ser prestado pelo credor para a hipótese de levantamento da quantia antes do trânsito em julgado do título executivo judicial.

Neste sentido:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ADIMPLENTO CONTRATUAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO. IMPUGNAÇÃO REJEITADA E VALOR ENCONTRADO NO LAUDO PERICIAL HOMOLOGADO. INSURGÊNCIA (AI Nº 1.057.887-1) ACOLHIDA COM DETERMINAÇÃO DE OBSERVÂNCIA, NA LIQUIDAÇÃO, DE TODAS AS OPERAÇÕES DE GRUPAMENTO DE AÇÕES. POSTERIOR DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU DETERMINANDO À DEVEDORA A RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS DA NOVA PERÍCIA. INSURGÊNCIA (AI Nº 1.375.749-0), A QUAL NÃO FOI INICIALMENTE ATRIBUÍDO EFEITO SUSPENSIVO, NÃO PROVIDA E QUE ASSIM TRANSITOU EM JULGADO. AUSÊNCIA DE DEPÓSITO DO VALOR DOS HONORÁRIOS PERICIAIS. DECISÃO DO JUÍZO DE ORIGEM QUE DELIBEROU PELA PRECLUSÃO DO DIREITO DE PRODUÇÃO DESSA PROVA, MANTEVE O VALOR ENCONTRADO NO LAUDO PERICIAL ANTERIORMENTE HOMOLOGADO E DETERMINOU A EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE LEVANTAMENTO DOS VALORES ATÉ ENTÃO DEPOSITADOS. INSURGÊNCIA (AI Nº 1.479.327-2), A QUAL NÃO FOI INICIALMENTE ATRIBUÍDO EFEITO SUSPENSIVO, NÃO PROVIDA. RECURSO ESPECIAL QUE TEVE SEGUIMENTO NEGADO POR DECISÃO DA VICE-PRESIDÊNCIA DESTA CORTE AINDA PENDENTE DE INTIMAÇÃO DAS PARTES. VALORES

ANTERIORMENTE DEPOSITADOS LEVANTADOS E SALDO DEVEDOR REMANESCENTE COM BLOQUEIO DE NOVO VALOR. DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU PROFERIDA NA VIGÊNCIA DO CPC/1973 QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO PELO PAGAMENTO (CPC/1973, ART. 794, 1) E DETERMINOU A EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE LEVANTAMENTO DO NOVO VALOR BLOQUEADO. APELAÇÃO: A) PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PEDIDO DE SUSPENSÃO DO FEITO. NÃO ACOLHIMENTO. SITUAÇÃO FÁTICA DOS AUTOS QUE SE ENQUADRA NA EXCEÇÃO DE NÃO SUSPENSÃO CONTIDA NA DECISÃO JUDICIAL QUE DEFERIU AQUELE PROCESSAMENTO. B) ALEGAÇÕES DE NÃO CONCRETIZAÇÃO DA PRECLUSÃO, DE QUE A JURISPRUDÊNCIA RECONHECE A POSSIBILIDADE DE RELEVAR A PRECLUSÃO EM SITUAÇÕES ANÁLOGAS E DE FALTA RAZOABILIDADE À SENTENÇA. NÃO CONHECIMENTO. MATÉRIAS NÃO ABORDADAS NA SENTENÇA QUE SE LIMITOU A JULGAR EXTINTO O PROCESSO, EM RAZÃO DO PAGAMENTO (CPC/1973, ART.794, 1) E DETERMINAR O LEVANTAMENTO DE VALOR DEPOSITADO. MATÉRIAS ALEGADAS QUE SERÃO EXAURIDAS, ADEMAIS, QUANDO DO JULGAMENTO FINAL DO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.479.327-2. C) NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DO LEVANTAMENTO DO VALOR ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DA LIQUIDAÇÃO OU QUE SEJA PRESTADA CAUÇÃO IDÔNEA E SUFICIENTE. TESE PARCIALMENTE ACOLHIDA. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA. INTELIGÊNCIA DOS ARTS.475-I, § 1º, E 475-0, INC. III, E § 2º, INC. II, AMBOS DO CPC/1973. CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO QUE OBRIGAM A PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO SUFICIENTE E IDÔNEA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. SUCUMBÊNCIA INALTERADA. PEDIDO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO INDEFERIDO. APELAÇÃO CONHECIDA, EM PARTE, E, NA PARTE CONHECIDA, PARCIALMENTE PROVIDA. (TJPR - 6a C.Cível - AC - 1537771-2 - Região Metropolitana de Maringá - Foro Regional de Mandaguari - Rel.: João Antônio De Marchi - Unânime - J. 12.09.2017)

A interlocutória recorrida reproduz as determinações constantes do acórdão (cuja ementa foi acima reproduzida), o qual prestigiou as diretrizes estabelecidas pelo Juízo universal da recuperação judicial, inexistindo fato superveniente que implique na revisão da decisão colegiada, ora preclusa.

Logo, improcedente a pretensão da agravante de levantar a

Superior Tribunal de Justiça

quantia que depositou para o pagamento da dívida e remeter o credor para o juízo da recuperação judicial, razão porque deve ser confirmada a decisão agravada (e-STJ, fls. 436/437).

Nesse contexto, a modificação do entendimento lançado no v. acórdão, a fim de vedar a liberação dos valores, no caso concreto, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento vedado em sede de recurso especial a teor do enunciado nº 7 da Súmula do STJ.

No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BRASIL TELECOM. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. ART. 489 DO CPC/2015. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADA. LEVANTAMENTO DE VALORES. PREENCHIMENTO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO IMPROVIDO.

(...)

3. A revisão das conclusões estaduais demandaria, necessariamente, o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada na via estreita do recurso especial, ante o óbice disposto na Súmula 7/STJ.

4. Tendo o acórdão recorrido decidido em consonância com a jurisprudência desta Casa, incide, na hipótese, o enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.352.131/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado em 18/3/2019, DJe 22/3/2019)

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **CONHECER EM PARTE** o recurso especial e, nessa extensão, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator